

PRESIDENTE DO BC

O status de ministro conferido ao presidente do Banco Central é tema de debate entre Ideli Salvatti e Arthur Virgílio.

PÁGINA 13

ERA VARGAS

A importância da Era Vargas para a economia foi debatida por dois dias em seminário realizado no Senado.

PÁGINA 2

CÂMARA

Projetos como o da nova Lei de Falências e o das agências reguladoras retornam à pauta da Câmara no período de 13 a 17.

PÁGINA 10

U. DETTMAR/FOLHA IMAGEM



LEI DA ANISTIA

Os 25 anos da lei que iniciou a redemocratização foram lembrados por Ideli Salvatti e Lúcia Vânia.

PÁGINA 9

LIVROS

Notas para a História do Ceará e O Ocaso do Império foram lançados pelo Senado na Bial do Livro em Fortaleza.

PÁGINA 15

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 3

VOZ DO LEITOR

Página 3

FRASES

Página 3

PRESIDÊNCIA

Página 10

CONHEÇA O SENADO

Página 15

O que pode mudar

O projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras introduz uma série de modificações na estrutura desses órgãos. Veja algumas delas.

Outorga de exploração de serviços	A competência da outorga, hoje exclusiva das agências, passa a ser dos ministérios setoriais
Contrato de gestão	As agências terão que assinar contratos de gestão com os ministérios aos quais são ligadas
Ouvidoria	O papel dos ouvidores é fortalecido, uma vez que eles não terão subordinação hierárquica à diretoria das agências

Projeto envolve questões importantes para investidor, gestor público e cidadão comum

Senadores discutem papel (e poder) das agências reguladoras

Antes mesmo de chegar ao Senado, o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras já mobiliza os parlamentares. Em seminário na Confederação Nacional da Indústria (CNI), os senadores Rodolpho Tourinho e Delcídio Amaral – representantes da oposição e do governo – consideraram insatisfatórias as mudanças feitas no projeto pelo relator na Câmara. Ambos fazem restrição sobretudo

ao chamado contrato de gestão, que limita a autonomia das agências. O governo defende o contrato como forma de compatibilizar a ação das agências com as políticas públicas setoriais e fixar critérios para a avaliação do trabalho. O projeto estabelece os marcos regulatórios: as principais regras do jogo econômico, essenciais para que os investidores possam avaliar riscos, custos e oportunidades.

PÁGINA 5

Votações dependem de acordo sobre informática

PÁGINA 7

Reforma do Judiciário pode ter decisão no esforço concentrado

Os quase 200 destaques apresentados à reforma do Judiciário estão na pauta da sessão do dia 14. Mas a votação depende de decisão a respeito de outras matérias que têm preferência na ordem do dia. A proposta ainda enfrentará um segundo turno de votação.

PÁGINA 6

Excesso de depoimentos leva CPI da Terra a prorrogar trabalhos até 2005

Os trabalhos da CPI da Terra deverão ser prorrogados até 2005. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, senador Alvaro Dias, diante da longa pauta de depoimentos e das viagens no segundo semestre. Até agora, segundo Alvaro, a CPI encontrou "um quadro muito sombrio da situação fundiária no país".

PÁGINA 11

JANE ARAÚJO



Mantega (E) entrega a proposta a Sarney: em dois volumes, todas as despesas consideradas prioritárias pelos três Poderes

Congresso começa a examinar Orçamento de R\$ 457 bilhões

PÁGINA 4

FERNANDO DONASCI/FOLHA IMAGEM



Em 5.563 municípios, os candidatos inundam as ruas de cartazes, faixas e banners

Especial Cidadania traz serviço sobre eleições municipais

Cartazes, banners, outdoors, faixas, folhetos, carros de som e outros recursos publicitários para conquistar o eleitor fazem parte do cotidiano das cidades de 26 estados brasileiros. Mas o que é legal e o que não é? O Especial Cidadania explica as regras básicas da campanha eleitoral e traz um serviço de esclarecimento ao eleitor.

PÁGINA 16

Voz do Leitor

BINGOS

"Senadores do PTB, PMDB, PFL e PT, eu presenciei muitas pessoas se matarem por causa dos bingos. Mas eu percebo que há uma preocupação apenas com a questão do desemprego. É inadmissível que esse problema seja colocado à frente da própria vida do ser humano. Eu estou revoltada com a decisão de reabertura das casas de bingos."
Maria Luiza Silva Alegre, de Parnamirim (RN)

JORNAL SEMANAL

"Embora goste de receber o jornal diário, aprovo e incentivo a idéia do jornal semanal, pois moro em Erechim (RS) e recebo o jornal com atraso, devido ao correio, que entrega em quantidades duas vezes por semana. O jornal semanal será muito bem-vindo também, pois, com ele, se poderá ficar a par dos projetos e votações uma vez só. Parabéns pela iniciativa."
Daubi Piccoli, de Erechim (RS)

IDOSO

"Sugiro que o Estatuto do Idoso seja divulgado com mais frequência, pois nem todo cidadão brasileiro sabe da sua existência."
Maria da Glória Borges, de Cataguases (MG)

PRESÍDIOS

"Infelizmente, resido em São Paulo, onde a concentração carcerária é a maior do país e onde o estado gasta uma fortuna para reprimir o crime e manter presídios. Porém, a maioria dos condenados não é paulistana e nem paulista. Minha sugestão é simples, mas pode mudar o problema. Após a condenação de um criminoso, o cumprimento da pena deverá ser no presídio mais próximo de sua cidade natal. Outra forma será o custeio penitenciário feito pelo município de origem do condenado. Coloquem em projeto para que haja discussão."
Gilmar de Almeida, São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes. Edifício Anexo I do Senado Federal - 20º andar. 70165-920 Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

EDUCAÇÃO

"Senadores do Ceará, solicito aos senhores que revejam, junto ao Ministério da Educação, a situação do ensino público, pois os alunos estão saindo analfabetos, em função da carga de ensino, falta de professores, falta de materiais e outras coisas mais que dizem respeito ao ensino. É preciso tomar providências."
Ruth Meire Nunes Braga, de Pentecoste (CE)

INFLAÇÃO

"Senador Aloizio Mercadante, gostaria que o senhor me explicasse como o governo diz que a inflação só subiu 5,63%, se a energia elétrica vai aumentar, se o pedágio subiu 33%, se as contas do esgoto e da água também aumentarão e a prestação da casa própria também teve o seu aumento."
Luciano Gomes da Costa, de São Vicente (SP)

ALCOOLISMO

"Senadores do PT, PSDB, PMDB e PFL, considero sem cabimento a venda de bebida alcoólica nos postos de gasolina. Como pode um lugar freqüentado na sua quase totalidade por motoristas vender o produto? Por isso, eu gostaria de sugerir a criação de um projeto que proíba a venda e a propaganda de bebida alcoólica nos postos de gasolina de todo o Brasil."
Rivan Ilário Silva, de Maraiá (PE)

TAXA DE TELEFONE

"Senadora Heloísa Helena, gostaria de sugerir a apresentação de um projeto de lei no Congresso Nacional para acabar com a taxa de assinatura mensal cobrada nas contas telefônicas. No estado de Minas Gerais, a taxa residencial é de R\$ 31,16 e a comercial, R\$ 46,68 por mês. Essa cobrança é, sem dúvida, o principal inibidor da popularização do telefone no Brasil."
Fábio Persi, de Chonin de Cima (MG)

Pergunte ao Senador

NEPOTISMO

Cláudia Maria Martins, de Santo Antônio do Posse (SP)

Gostaria de saber qual a sua opinião em relação ao nepotismo e o que temos de concreto para resolver essa questão, que é vergonhosa.



O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:

O nepotismo é uma conduta danosa ao interesse público, contrário ao ordenamento constitucional, mas largamente praticado. O ato espúrio e imoral encerra a idéia de favoritismo e contempla o recebimento de uma vantagem em detrimento da regra geral do concurso público. Comum às três esferas de poder, o nepotismo engendra a idéia de aparente legitimidade, justamente por se tratar do favorecimento de um parente. O erro substancial tem raiz na própria etimologia da palavra latina *nepote*, que significava sobrinho. No ano passado, ingressei com proposta de emenda à Constituição (PEC 49/03) que veda a investidura em cargo comissionado de cônjuge, companheiro ou parente por consangüinidade, adoção ou afinidade até o terceiro grau de autoridades no âmbito da respectiva administração, seja ela direta, indireta ou fundacional. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando relatório do senador José Maranhão (PMDB-PB).

BOLSA-ESCOLA

Ana Maria Ferreira Gonçalves Martins, de Campos dos Goytacazes (RJ)

Senador, por que algumas pessoas recebem R\$ 15 pelo programa Bolsa-Escola e algumas recebem R\$ 90?



O senador Cristovam Buarque (PT-DF) responde:

"A razão é simples: o Bolsa-Família prefere pagar por criança e não por família. Eu sempre defendi que a Bolsa-Família seja por família. Primeiro, porque dá mais dignidade receber um salário pelo fato de todos os filhos estudarem. Quando você paga por criança, dá a impressão de que é uma ajuda e não um salário. Segundo, porque o número de filhos é uma responsabilidade familiar. Terceiro, porque, quando você paga por criança, a família acaba escolhendo uma para estudar e outra para trabalhar e ganhar mais. Mas quando paga por família, todas as crianças têm que estudar."

Frases

"Embora a maior parte dos colegas respeite a nossa capacidade política, há uma minoria que nos vê como vasos de flores."

Ana Júlia, sobre a presença crescente de senadoras no cenário político. Até 1976, o Senado contava apenas com parlamentares do sexo masculino.

"O ministro foi grosseiro, inábil e incompetente, e, se realmente deseja que o Senado aprove as PPPs, deve sair dessa interlocução. Sua presença somente complica, porque sua retórica de dirigente da KGB não nos atemoriza nem um pouco."



Arthur Virgílio, ao rebater o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que acusou o PSDB de colocar obstáculos à aprovação das parcerias público-privadas.

"É uma fraude afirmar que o governo Lula dá prioridade aos setores que sustentam o desenvolvimento econômico."

Sérgio Guerra, considerando baixos os investimentos federais em setores estratégicos, como os Ministérios da Agricultura e dos Transportes.

"A África é um continente à margem do progresso mundial, porque os países ricos não estão interessados no seu desenvolvimento, mas o Brasil tem que estar."

José Sarney, ao elogiar decisão do presidente Lula de perdoar a dívida de Moçambique, depois de lembrar que o Brasil é o maior país mestiço do mundo e com uma grande população negra.

"Trata-se de uma vigarice tributária, um desacato ao interesse público."



Heloísa Helena, condenando o acordo pelo qual o governo de Alagoas concedeu 15 anos de prazo para que usineiros paguem apenas R\$ 410 milhões de uma dívida de R\$ 3 bilhões.

"Não é aceitável que o candidato com recursos, que tenha meios ou que tenha nascido em berço esplêndido, acabe utilizando esses bens e esses meios para se projetar melhor do que aquele que não tem ou quase não tem nada."

Leomar Quintanilha, em defesa do financiamento público nas eleições, para nivelar os gastos de campanha de quem se proponha a disputar cargo eleitoral.

Foto da Semana



A parte lateral dos edifícios da Esplanada dos Ministérios, onde se realiza o desfile oficial do 7 de Setembro, foi decorada este ano com imensas faixas de tecidos nas cores verde e amarela.

LEI ORÇAMENTÁRIA Governo envia proposta que prevê receita de R\$ 457,4 bilhões em 2005

JANE ARAÚJO



Observado por Fernando Bezerra (E), Mantega conversa sobre o projeto com Sarney

Orçamento da União chega ao Congresso

O Congresso Nacional terá até o final do ano para se debruçar sobre um dos projetos de lei mais importantes enviados pelo Executivo: o que define a Lei Orçamentária Anual. O projeto foi entregue na terça-feira (31) ao presidente José Sarney, pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega. A proposta define todas as despesas consideradas prioritárias pelos três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como as fontes de receitas que custearão os gastos.

Para 2005, o projeto estima receita de R\$ 457,4 bilhões, sendo que R\$ 302,1 bilhões virão de impostos cobrados pela Receita

Federal, como o Imposto de Renda. Em relação a 2003, há um crescimento da arrecadação, que se dará, sobretudo, pelo lado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O governo explica que esse aumento se deve às medidas de combate à sonegação e à recuperação de crédito pelo INSS.

Pacote tributário reduz arrecadação de impostos

A receita com impostos apresenta ligeira queda, fruto, segundo Mantega, do pacote tributário anunciado em agosto, que reduziu alíquotas de tributos. Assim, em 2005, o Executivo espera arrecadar R\$ 7,6 bilhões a menos

com impostos.

As despesas previstas para o próximo ano chegam a R\$ 342,1 bilhões, o que inclui gastos com servidores, com a manutenção dos órgãos públicos e até com programas sociais. Em relação a 2003, houve um recuo.

O superávit primário, que é a economia que o governo faz para reduzir a dívida pública, foi estimado em R\$ 45,3 bilhões. Esse número pode subir, já que tanto em 2003 como neste ano o governo Lula conseguiu elevar o superávit acima das metas estabelecidas.

Em relação ao salário mínimo, está previsto aumento para R\$ 281,30 — hoje é de R\$ 260.



Romero Jucá foi indicado relator do projeto na Comissão Mista de Orçamento



Sérgio Guerra adverte que proposta poderá ser mais uma peça de ficção



Eduardo Azeredo: governo só efetivou até agosto 9% das despesas autorizadas este ano

Exame tem início em comissão

O projeto da Lei Orçamentária de 2005 seguiu para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde será relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). É nessa fase que são recebidas as emendas parlamentares. Após a aprovação na CMO, a matéria é votada no Plenário do Congresso Nacional.

A matéria, porém, não será analisada por enquanto. O motivo é que a resolução que estabelecia as regras de funcionamento e tramitação de matérias orçamentárias na CMO (Resolução 01/01) perdeu sua validade no dia 30 de agosto. E como os parlamentares da comissão não chegaram a um acordo sobre novas regras, o presidente do

Congresso, José Sarney, terá que decidir até o dia 14 de setembro se as normas anteriores serão mantidas ou se haverá uma nova resolução.

Mesmo antes de começar a sua apreciação, a proposta orçamentária para 2005 recebeu críticas. O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse na terça-feira (31) que o projeto encaminhado pelo governo ao Congresso será, à semelhança dos anteriores, uma peça de ficção e de falta de transparência.

— É preciso reformar amplamente os meios de execução,

exame e acompanhamento do Orçamento dentro do Congresso — defendeu Sérgio Guerra, que criticou o fato de o governo não estar liberando recursos previstos no Orçamento de 2004.

Esse fato também foi lembrado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que cobrou a execução do Orçamento atual, recordando que até o final de agosto somente 9% das despesas autorizadas foram efetivadas.

Segundo Eduardo Azeredo, os recursos existem, podem e devem ser gastos pelos ministérios.

Matéria deve ser aprovada pela CMO antes da votação no Plenário

JOSÉ CRUZ

ROOSEVELT PINHEIRO

ROOSEVELT PINHEIRO

MARCO REGULATÓRIO Projeto mobiliza parlamentares antes mesmo de chegar ao exame do Senado

Autonomia das agências reguladoras gera debate

Mesmo antes de chegar ao Senado, o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras – atualmente em discussão na Câmara dos Deputados – já começa a mobilizar os parlamentares. Em seminário quarta-feira na Confederação Nacional da Indústria (CNI), representantes da oposição e do governo demonstraram opiniões coincidentes sobre o tema.

Para os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Delcídio Amaral (PT-MS), não são satisfatórias as mudanças feitas pelo relator da matéria na Câmara, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), no texto original enviado pelo Executivo. Ambos fazem restrição, principalmente,

ao chamado “contrato de gestão” – compromisso que cada agência seria obrigada a firmar com o ministério a que estiver ligada para estabelecer indicadores de desempenho e gestão.

O governo defende o contrato como forma de compatibilizar a ação das agências com as políticas públicas setoriais e fixar critérios para a avaliação do trabalho. Ex-ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho critica:

– Da maneira que colocaram, inclusive no substitutivo, o contrato de gestão subordinará a agência ao ministério. A agência precisa de autonomia para transmitir credibilidade aos investidores.

Ao contrário de outros senado-

res da oposição, Tourinho concorda que as outorgas dos serviços a serem explorados fiquem a cargo dos ministérios, mas sugere que as licitações sejam organizadas pelas agências:

– O ministério define o que será feito e qual serviço licitado, de acordo com as políticas do governo. Mas realizar a licitação é função do órgão regulador.

Engenheiro, com carreira profissional na área de infra-estrutura, Delcídio Amaral endossou inteiramente as observações de Tourinho.

– As colocações do senador Rodolpho Tourinho refletem não apenas um pensamento que compartilho, mas a posição majoritária do Senado. Todos esses pontos



Rodolpho Tourinho: contrato de gestão subordina as agências ao governo federal



Delcídio Amaral lamenta o baixo nível de remuneração dos funcionários

deverão ser observados para que a matéria seja aprovada.

Ao falar na CNI para uma platéia constituída sobretudo por empresários e técnicos nas áreas de regulação e de infra-estrutura, Delcídio Amaral já havia manifestado dúvidas sobre o contrato de gestão:

– Isso tem que ser muito bem

estudado para não engessar, não burocratizar demais as agências, e produzir resultados pífios.

Ele lamentou, ainda, o baixo nível de remuneração dos funcionários das agências:

– Queremos que as agências tenham credibilidade. Para isso, seus profissionais devem ter remuneração condizente.

Principais mudanças

TEMA	REGRA ATUAL	REGRA DO PL 3.337/2004
Outorga de exploração de serviços	Atribuição é das agências reguladoras	Competência é dos ministérios setoriais, que poderão delegá-la para as agências
Contrato de gestão	Existe apenas para o órgão regulador do setor elétrico (Aneel)	Todas as agências ficam obrigadas a firmar contrato de gestão e de desempenho com o ministério a que estiverem vinculadas
Ouvidor	Nomeado pelo presidente da República, para mandato de dois anos	O ouvidor, nomeado para um período de quatro anos, deixa de ter subordinação hierárquica à direção da agência
Mandatos dos diretores das agências	Os mandatos variam de três a cinco anos, permitindo-se - em algumas agências - a recondução dos diretores	Mandatos passam a ter quatro anos, vedando-se a recondução para um segundo mandato. Também são sincronizados, devendo encerrar entre 1º de janeiro e 30 de junho do segundo ano de mandato do presidente da República
Consulta pública	É prevista para a discussão de atos normativos	Torna-se obrigatória para revisão de tarifas e alterações de atos normativos de interesse dos agentes econômicos e dos usuários
Indicação de especialistas	Não trata do assunto	Entidades ambientais, de proteção ao consumidor e outras, pré-cadastradas na agência, conquistam o direito de indicar até três especialistas para lhes dar assessoria qualificada no acompanhamento de matérias objeto de consulta pública
Defesa da concorrência	Algumas agências, como a Anatel, instauram os processos, que são julgados pelo Cade	O Cade permanece como instância julgadora. A Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) passam a instaurar os processos, podendo pedir às agências que os auxiliem na fase de instrução
Controle externo	Não trata do assunto	O Congresso passa a exercer controle externo sobre as agências, com o auxílio do TCU

Outras opiniões

O seminário realizado pela CNI, em sua sede, em Brasília, terminou se transformando em um verdadeiro fórum sobre o papel das agências reguladoras e o projeto em discussão no Congresso. Algumas das opiniões expressas durante o encontro:

José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil - Disse que o governo pode ceder em relação à questão do ouvidor, mas defendeu os outros dois pontos mais criticados do substitutivo (o contrato de gestão e a questão das outorgas): “Não há como desvincular as agências do programa estratégico e as políticas públicas definidas pelo Congresso e executadas pelo Executivo. As agências podem, sim, ter metas, sem interferência do governo”.

José Mário Abdo, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) - Reconheceu que o substitutivo da Câmara

traz “avanços importantes”, mas criticou vários aspectos do projeto. Seu principal alvo foi o contrato de gestão: “Ele enfraquece as agências. Estou no meu segundo mandato, e completo agora seis anos no cargo. Nesse período, passei por seis ministros. Já pensou negociar um contrato de gestão com seis ministros diferentes? Segundo estudo do Banco Mundial, apenas dois países no mundo têm esse instrumento: a Tanzânia, onde o contrato de gestão está na lei mas não foi aplicado, e o Peru, que o adotou e onde hoje ele é muito questionado”.

Armando Monteiro, deputado federal (PTB-PE) e presidente da CNI - Defendeu autonomias institucional, operacional, administrativa e financeira para as agências reguladoras, que, no seu entender, também devem ser responsáveis pelas outorgas: “A agência reguladora tem que ser

vista como instrumento do Estado, não do governo. Governos são mais suscetíveis a interferências políticas, o que é percebido como algo negativo. Quanto mais o investidor perceber a agência como instrumento do Estado, mais seguro ele ficará. Caso contrário, poderemos inibir investimentos fundamentais para a garantia do crescimento da economia brasileira”.

Leonardo Picciani, deputado federal (PMDB-RJ) e relator do projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras - Ressaltou as mudanças positivas que o seu substitutivo traz ao consumidor, como a ampliação do processo de consultas públicas ou a possibilidade de entidades ligadas à sociedade civil indicarem especialistas para acompanhar a discussão de temas tratados pelas agências reguladoras: “O consumidor sai muito fortalecido, e isso era necessário porque as agências

se afastaram um pouco da representação da sociedade. Daí o grande número de ações judiciais de consumidores contra concessionárias de serviços públicos. Elas representam hoje mais de 50% das ações em andamento no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”.

Paulo Godoy, empresário, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base - Enfatizou a inconveniência de deixar as licitações de serviços públicos a cargo dos ministérios setoriais. Também destacou a necessidade de autonomia orçamentária para as agências: “Em todos os países, com exceção da França, as agências têm orçamento próprio, e é fundamental que seja assim para que elas tenham autonomia. Também não podemos esquecer que o governo é concorrente do setor privado em alguns setores, o que lhe tira a legitimidade para fazer as licitações”.

Discussão é importante para investidores e contribuintes

A discussão da Lei Geral das Agências Reguladoras envolve várias questões de decisiva importância, seja para investidores, seja para gestores públicos, seja para o cidadão comum. Ela estabelecerá os chamados “marcos regulatórios”, isto é, as principais regras do jogo econômico, fundamentais para o investidor avaliar seus riscos, custos e oportunidades. Para verificar, enfim, se vale a pena colocar seu dinheiro em determinado setor ou país. Para os administradores públicos, portanto, estamos falando de algo que terá grande influência sobre o resultado de suas ações. As regras contribuirão para a geração de empregos e renda? Vão assegurar justiça nas relações entre concessionários, consumidores e o próprio poder público? Possibilitam um ambiente de concorrência sadio? Parâmetros regulatórios inadequados podem dificultar – ou inviabilizar – um programa inteiro de governo. Finalmente, estão em questão temas de grande repercussão no cotidiano do cidadão comum. Merecem destaque, entre eles, os critérios para reajuste de tarifas públicas e o impacto ambiental de concessões públicas (por exemplo, autorizações para construção de hidrelétricas, rodovias e ferrovias).

As regras vão contribuir para a geração de empregos e renda?

JUDICIÁRIO Plenário precisa decidir sobre quase 200 destaques para concluir votação da proposta em primeiro turno

Senadores podem votar reforma ainda este mês

Na próxima sessão deliberativa, marcada para o dia 14, o Senado poderá examinar os quase 200 destaques apresentados à proposta de reforma do Judiciário. A votação em primeiro turno foi iniciada em julho, quando os senadores aprovaram o texto básico, mediante substitutivo negociado pelas lideranças partidárias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Durante o esforço concentrado de agosto fracassaram as negociações para decidir sobre essa e outras matérias da pauta. A deliberação sobre a reforma agora corre o risco de ficar para depois das eleições municipais, na visão do relator da proposta (PEC 29/00), senador José Jorge (PFL-PE). Ele teme um fracasso nessa segunda tentativa de reatizar o esforço concentrado.

– Já tirei da minha cabeça essa possibilidade. Toda vez



Relator da proposição, José Jorge teme que exame fique para depois das eleições

eu venho aqui, quero terminar, quero votar e saio frustrado. Então, agora eu já sei que não vai ser votada e evito novas frustrações – desabafou o relator, que, como a maioria dos parlamentares, precisa se dedicar às eleições em seus estados.

O senador atribuiu parte da

responsabilidade pelo atraso na decisão sobre as mudanças na Justiça brasileira ao governo, que, a seu ver, não estaria se empenhando o bastante no sentido de garantir a votação.

– A prioridade (dada pelo governo à proposta) é só de palavra. De ato não tem sido. Quando o governo quer, ele mobiliza toda a sua bancada para votar.

Mercadante diz que PEC deve ser analisada

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou, na última semana de agosto, que pretende votar algumas matérias no esforço concentrado deste mês, entre elas a proposta de reforma do Judiciário e o projeto de Lei da Biossegurança, além da proposição que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação (PLC 32/2004), e que está obstruindo a pauta.

Meio jurídico diverge quanto às mudanças

Só há um consenso entre as diversas entidades da área do Judiciário em relação à proposta de reforma desse Poder, em tramitação no Senado: é que não existe, praticamente, consenso nenhum entre elas no que diz respeito às principais medidas que poderão ser implementadas. Do controle externo à súmula vinculante, passando pela federalização dos crimes contra os direitos humanos, a maioria das mudanças em discussão divide opiniões de membros de tribunais superiores, juízes de primeira instância, advogados, procuradores e promotores.

A súmula vinculante é rejeitada principalmente por juízes de Direito, que temem a perda de sua autonomia para julgar, e pelos advogados, temerosos de que o instrumento provoque a diminuição de seu mercado de trabalho.

– A súmula vinculante é uma medida inadequada. Um país que tem uma desigualdade social

tão grande quanto o seu território não pode ter um comando único para todos os fatos sociais que acontecem dentro daquele mesmo assunto – avalia Roberto Busato, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Governo é o maior litigante de má-fé"

Segundo Busato – que já chamou o governo de “o maior litigante de má-fé do país” –, para desafogar a Justiça bastaria que o Executivo não recorresse nas causas em que ele já sabe que vai perder. No seu raciocínio, a súmula vinculante ajuda a desafogar a Justiça à medida que impede a todos de recorrer sobre determinados assuntos. “É desdizer o Direito e tirar o julgamento do fato social do juiz natural, que é o juiz de primeiro grau”, explica o presidente da OAB.

– Seria a mesma coisa que uma pessoa acometida de um tumor maligno e que tem de fazer um tratamento. A súmula vinculante



Jurista Roberto Busato, presidente da OAB, defende menos recursos judiciais

seria aquele tratamento quimioterápico que eliminaria o tumor maligno, mas levaria à morte do paciente por excesso de remédios. Já a súmula impeditiva de recursos tiraria o tumor, mas não comprometeria o paciente. Ou seja, o remédio na dose certa.

A OAB acha que a reforma necessária é a infraconstitucional. A que se discute hoje visaria estruturar melhor o Judiciário, mas não dará celeridade ao julgamento, acredita Busato. A seu ver, a saída está na reforma dos códigos, por serem os responsáveis pelo excesso de recursos.

Procuradores aplaudem federalização de crime

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) comemorou a aprovação da federalização dos crimes contra os direitos humanos e a ampliação do número de juízes federais na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), medidas criticadas pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB). Os dois destaques eram considerados, segundo Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, presidente da ANPR, “especialmente importantes para o Ministério Público”.

– As duas conquistas, entre outras, representam um ganho significativo no aprimoramento dos mecanismos de proteção dos direitos humanos e, no que se refere à justiça eleitoral, um equilíbrio entre as magistraturas federal e estadual, possi-

bilitando um maior distanciamento dos TREs em relação aos interesses políticos locais, conforme, aliás, foi enfatizado por diversos senadores durante a votação – enfatizou Nicolao Dino.

Outros dispositivos considerados essenciais pela entidade, na proposta de reforma, são a necessidade de que o procurador-geral da República se manifeste em todos os processos submetidos a julgamento no Supremo Tribunal Federal; o critério de lista tripartite para escolha do procurador-geral; a supressão do foro privilegiado para o julgamento de processos nos quais são partes ex-ocupantes de cargos públicos; e a manutenção da competência da Justiça Federal para o julgamento dos crimes praticados contra a organização do trabalho.



Súmula vinculante conta com apoio de tribunais superiores

Os presidentes dos tribunais superiores deixaram clara sua posição favorável à súmula vinculante, considerada essencial para diminuir o volume de processos que chegam na forma de recursos judiciais.

Em nota oficial divulgada no primeiro semestre e entregue ao presidente do Senado, José Sarney, eles se manifestaram, entretanto, contra o controle externo do Judiciário.

– Nossa posição institucional é contrária à participação de pessoas estranhas aos quadros da magistratura no Conselho Nacional de Justiça, pois tem gerado sérias preocupações no seio da Justiça brasileira. A forma em que foi idealizado traduz potencial ameaça à independência de um dos Poderes – diz a nota, assinada pelos então presidentes do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa; do Superior Tribunal de Justiça, Nilson Naves; do Superior Tribunal Militar, José Julio Pedrosa; e do Tribunal Superior do Trabalho, Francisco Fausto.

Os ministros reconheceram, na nota, a necessidade de mudanças no Poder Judiciário para torná-lo mais ágil e eficaz.

– O Poder Judiciário é incontroverso, precisa de reformas. Entre outros problemas, as deficiências estruturais, agravadas pela Constituição de 1988, na área da Justiça, com grave marginalização no seu acesso, descomunal volume de litígios e inadequação de procedimentos, resultam na lenta e precária prestação jurisdicional. Mas

não há ainda consenso quanto a várias das propostas para as resolver ou atenuar.

Para advogados, órgão não fere independência

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, o Conselho Nacional de Justiça não objetiva tirar qualquer tipo de independência que possa ter o magistrado.

– Ele (o conselho) visa preservar essa independência quando está na sua função-fim, que é prestar justiça ao jurisdicionado. O controle externo objetiva dotar o Judiciário de instrumentos administrativos mais modernos e eficazes para auxiliar exatamente o magistrado na sua função de julgar.

MP é contra decretação da perda de cargo

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) avalia que o objetivo de se dar celeridade à Justiça no Brasil não será alcançado com a proposta em tramitação no Senado. O seu presidente, João de Deus Duarte Rocha, já declarou que o MP não é avesso ao controle externo, desde que este seja bem modulado para evitar interferência na atividade jurisdicional e na atuação do promotor.

– Os instrumentos (a serem aprovados) não podem, por exemplo, ter o poder de decretar perda do cargo do promotor ou juiz, pois isso fere determinados princípios e garantias das carreiras, como a vitaliciedade.

AMB luta por alterações no projeto em tramitação

Uma das entidades mais empenhadas em articular mudanças no projeto de reforma do Judiciário é a Associação dos Magistrados do Brasil. O desembargador Cláudio Maciel, presidente da entidade, esteve no Senado este ano em pelo menos cinco ocasiões, negociando com os líderes e o relator modificações que a categoria considera importantes para aperfeiçoar a proposta. Vários dos destaques votados e aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por exemplo, resultaram dessas conversas.

– Os principais pontos são a súmula impeditiva de recursos, no lugar da vinculante, a composição do Conselho Nacional de Justiça sem elementos de fora

da magistratura, a eleição direta para os cargos diretivos nos tribunais, a não-federalização dos crimes contra os direitos humanos e a manutenção dos Tribunais Regionais Eleitorais na atual configuração (sem a troca de um desembargador por um juiz federal) – resumiu Maciel.

Entre os senadores visitados estão os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP); do PSDB, Arthur Virgílio (AM); do PFL, José Agripino (RN); e do PDT, Jefferson Péres (AM); além do relator José Jorge (PFL-PE) e de Demostenes Torres (PFL-GO), Flávio Arns (PT-PR), Alvaro Dias (PSDB-PR), Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Capiberibe vai recorrer ao STF

CÉLIO AZEVEDO



O senador João Capiberibe (PSB-AP) - foto - vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) da decisão do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), que confirmou na última quinta-feira a cassação de seu mandato e de sua mulher, a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP). Num primeiro recurso, o senador pedirá para continuar no cargo até a decisão final do STF. No segundo recurso, tentará reverter a decisão do TSE. Os advogados de defesa vão alegar o princípio da presunção da inocência - que não há provas de que o casal Capiberibe tenha comprado votos na eleição de 2002.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), divulgou nota afirmando que a decisão do TSE é uma grande injustiça. - Seu desempenho como governador foi aprovado pelos eleitores do Amapá, que o reelegeram para prosseguir em sua defesa do desenvolvimento sustentável de uma região estratégica para o Brasil e o mundo, como a Amazônia - afirmou o senador.

COMISSÕES

Concessão de salário-maternidade

Projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reduz de 12 meses para 10 meses de exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, o período exigido para concessão do salário-maternidade. O benefício, no valor de um salário mínimo, é concedido à segurada afastada do trabalho após o parto. A proposta (PLS 529/03) está sendo relatada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro

J. FREITAS



Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa substitutivo de Demostenes Torres (PFL-GO) ao projeto (PLS 280/03) da

senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que introduz o tráfico internacional de mulheres e crianças na legislação que trata dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens (Lei 9.613/98). Em seu substitutivo, Demostenes amplia a proposta incluindo o tráfico de todas as pessoas.

PLENÁRIO

Votações de setembro dependem de acordo sobre informática

As votações previstas para a terceira semana de esforço concentrado no Senado, de 13 a 17 deste mês, dependem de um acordo entre os senadores sobre a regulamentação da Lei de Informática. Desde meados de agosto, esse projeto tem gerado atritos entre os senadores da Amazônia e de outras regiões, por causa de isenções para fabricação de equipamentos de informática.

Para tentar uma solução, o presidente do Senado, José Sarney, criou uma subcomissão para discutir os pontos polêmicos e apresentar um texto de consenso até o dia 14 de setembro, quando a matéria entrará em votação no Plenário da Casa. Senadores da Bahia e de Minas Gerais entendem que fabricantes de monitores de computadores, instalados fora da Zona Franca de Manaus, poderão ser prejudicados, pois a redação de um dos artigos do projeto não é clara e pode tirar incentivos da Lei de Informática na fabricação desses vídeos fora do Amazonas.

A pauta de votações da terceira semana de esforço concentrado contém 41 itens. O primeiro é um projeto de conversão da Medida Provisória 191/04, o qual já está obstruindo as votações. Seu conteúdo não é polêmico, prevendo apenas que cientistas poderão importar equipamentos de trabalho com isenção de impostos.

O segundo item é a regula-

mentação da Lei de Informática, que, depois da MP, tem de ser examinada com prioridade, pois recebeu pedido de urgência do presidente da República, o qual não pode mais ser retirado. Entre os outros 39 itens estão 24 propostas de emenda à Constituição (PECs), quatro projetos de lei oriundos da Câmara e dois projetos de decreto legislativo.

Reforma do Judiciário, biossegurança e PPPs

Entre as propostas de emenda constitucional, a mais importante é a reforma do Judiciário. Seu texto básico já foi aprovado, mas existem mais de 150 destaques para votação em separado. Existem ainda quatro PECs que buscam obrigar o governo a cumprir o orçamento da União votado pelo Congresso.

Por acordo partidário, pode ainda constar da pauta a Lei de Biossegurança, que trata de sementes transgênicas e de pesquisas em células-tronco. Os líderes devem assinar requerimento para que esta matéria seja votada em regime de urgência, ou seja, ela passaria a ter prioridade após a votação da MP e da Lei de Informática.

Outro assunto que vai dominar os debates é o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Depois de quase um mês de críticas do PSDB, senadores tentam encontrar uma redação aceita por todos.



Mercadante (D) e o ministro Mantega discutem pleito da oposição

Governo acata limite às PPPs

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o governo aceita a limitação de gastos de apenas 1% da receita líquida de cada um dos entes federativos (União, estados e municípios) nas parcerias público-privadas (PPPs), a fim de atender às exigências da oposição, que quer garantias de respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal nos contratos de PPPs.

Para discutir o assunto, Mercadante reuniu-se com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, e o relator das PPPs na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O encontro fez parte da estratégia da base governista de apressar a votação do projeto no Senado, onde tramita desde março.

Segundo Mantega, o limite de 1% da receita líquida nas PPPs seria, hoje, o equivalente a R\$ 3 bilhões da União, R\$ 400 milhões do estado de São Paulo, R\$ 180 milhões de Minas Gerais e R\$ 150 milhões do Rio de Janeiro.

Mercadante afirmou que o governo poderá esperar para votar a matéria em novembro. O presidente do Senado, José Sarney, manifestou sua crença num entendimento para a rápida votação do projeto. Ele também discutiu o assunto com o presidente eleito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, que esteve na semana passada no Senado pedindo apoio para a aprovação das PPPs.

Apesar da decisão do governo de apoiar o pleito da oposição, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou falsa a afirmação que vem sendo usada pelos aliados de que não há dinheiro para investir, e que as parcerias seriam a única maneira de melhorar a infra-estrutura do país. Arthur Virgílio (PSDB-AM) também rebateu a afirmação do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que o PSDB estaria pondo obstáculos à aprovação do projeto. "O ministro foi inábil. Se deseja que o Senado aprove as PPPs, deve sair da interlocução", disse Virgílio.

Projetos

Lobão propõe estímulo a doações

A legislação do Imposto de Renda pode ser mudada para permitir às pessoas físicas a dedução das despesas com doações a instituições filantrópicas que prestem serviços à comunidade, de acordo com

projeto apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Haveria um limite de 6% do valor do imposto devido. O texto (PLS 249/04) busca estimular a doação às instituições beneficentes.



Edison Lobão

Empréstimo de US\$ 36 milhões ao Espírito Santo

A Presidência da República enviou mensagem (MSF 149/04) pedindo que o Senado autorize o governo do Espírito Santo a adquirir empréstimo de até US\$ 36 milhões no Banco Mundial (Bird). Os

recursos se destinam ao financiamento do Programa de Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo, o Projeto Águas Limpas. A matéria será discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Rigor contra o tráfico de órgãos

A recente prisão de quadrilha ligada ao tráfico internacional de órgãos humanos levou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a apresentar projeto de combate a esse crime. A proposta (PLS 251/04) criminaliza a conduta de pessoas

que promovem a compra e venda de órgãos e tecidos, além daqueles que prometem recompensa para alguém que se submeta à retirada de órgão do próprio corpo. Eles estariam sujeitos à pena de 3 a 8 anos, agravada em um terço caso o produto seja destinado ao tráfico internacional.

Créditos tributários para livro e periódico

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) quer facilitar o crédito tributário para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que os produtores de livros, jornais, periódicos e papel destinado a sua impressão pagam na aquisição de insumos, como equipamentos e tintas de impressão. O projeto (PLS 247/04), argumenta, torna plenamente válida determinação constitucional que veda à União, aos Estados, ao DF e aos municípios a instituição de impostos sobre esses itens.

Conselhos para verificar uso de incentivos fiscais

Buscando garantir que os incentivos fiscais do governo sejam destinados às finalidades para as quais foram criados, o senador Paulo Paim (PT-RS) propôs que as leis dos benefícios devem obrigar a criação de conselhos para fiscalizar a

aplicação dos ganhos (PLS 248/04). Esses conselhos seriam tripartites, compostos por representantes do governo, dos empregados e dos empregadores, segmentos que mais diretamente podem avaliar as condições e os resultados almejados, conforme o senador.



Duciomar Costa

Menor jornada para servidor idoso

A fim de garantir mais qualidade de vida aos idosos, o senador Duciomar Costa (PTB-PA) apresentou projeto que assegura aos servidores públicos federais com mais de 60 anos o direito à redução

da jornada de trabalho em até 50%, sem prejuízo da remuneração (PLS 252/04). A jornada plena, justifica o senador, implica uma rotina que pode ser prejudicial ao servidor de mais idade.

As proposições citadas nesta coluna foram apresentadas entre os dias 25 de agosto e 2 de setembro

PLENÁRIO

Oposição vê "onda de autoritarismo federal"

Uma semana sem votações no Senado, devido ao recesso branco, parlamentares da oposição criticaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), deu o tom das críticas ao condenar declarações recentes de Lula que, segundo o parlamentar, representam manifestação de autoritarismo do governo.

Virgílio destacou que na visita do presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, a Brasília, Lula lamentou a desistência do moçambicano,

há 18 anos no poder, de concorrer a reeleição e que tenha de "voltar para casa e cuidar de boi zebu". O senador lembrou que o presidente fez declaração semelhante na visita ao Gabão, quando admirou o fato de o presidente daquele país estar há 37 anos no poder. Virgílio alertou que esses fatos merecem registro por demonstrarem uma orientação ditatorial do governo.

– É triste quando se constata no nosso governante uma vocação tão irresistível para o autoritarismo, para não dizer que esse é o caminho mais curto para a ditadura – observou.

As críticas foram acompanhadas pelo senador Teotonio Vilela Filho



Nos debates em Plenário na última semana, senadores da oposição criticaram declarações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva

(PSDB-AL), que condenou "a onda vertiginosa de autoritarismo do governo federal que vem varrendo o país". Teotonio apontou especialmente a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), além da tentativa de neutralizar o Ministério Público e cercear as manifestações dos servidores públicos como pontos-chave dessa escalada.

Esse também foi o sentido da crítica feita pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para quem a criação do CFJ e da Ancinav "formam uma grave ameaça à liberdade de expressão". Já Lúcia

Vânia (PSDB-GO) manifestou sua concordância com um editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo o qual o presidente Lula deveria procurar "poupar o país de gracejos de gosto e efeitos duvidosos".

Sérgio Guerra (PSDB-PE), líder da Minoria, preferiu afirmar que o Brasil encontra-se diante de um "projeto stalinista" de poder, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores. Esse projeto, de acordo com o parlamentar, começou com o aparelhamento do Estado e prossegue com a apresentação do que chamou de "propostas autoritárias", como as de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual.

José Jorge: flagelados esperam ajuda

O senador José Jorge (PFL-PE) revelou que, seis meses depois das enchentes que castigaram 113 municípios de Pernambuco, até agora a ajuda federal para construção de casas para os desabrigados ainda não chegou. Ele afirmou que repórteres do *Jornal do Commercio*, de Recife, fizeram uma viagem de 2 mil quilômetros nas áreas afetadas e concluíram, como diz a manchete: "Flagelados da chuva entregues à própria sorte".

Conforme o senador, a União está liberando apenas R\$ 5,23 milhões para Pernambuco, sufi-

cientes para construir somente 1.344 das 12 mil casas destruídas no estado, enquanto, segundo José Jorge, os desabrigados continuam em escolas, igrejas e outros abrigos improvisados. O *Jornal do Commercio* mostrou que um dos municípios mais afetados, Iati, no agreste, teve aprovado pelo governo federal um plano para a construção de "só dez moradias" e mesmo essas "estão apenas na fase da intenção".

– O povo pergunta: quando é que os recursos chegarão às mãos dos desabrigados? Depois

das enchentes, o presidente Lula e o ministro Ciro Gomes se limitaram a visitar algumas áreas e pediram "paciência" ao povo – ressaltou, informando que a última previsão "dos burocratas de Brasília" é de que as casas ficam prontas em dezembro.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que pensava que o governo Lula vinha discriminando "apenas o Piauí", pois lá a ajuda "nunca chega". Ele lembrou que o presidente, em Teresina, também anunciou a liberação de verbas para os desabrigados.

Para Serys, Maggi tem sido desleal

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) criticou o governador de seu estado, Blairo Maggi (PPS), por elogiar o presidente Lula quando está em Brasília, mas, na campanha eleitoral em Cuiabá, declarar que o governo federal não libera recursos para Mato Grosso.



Serys: "Em Cuiabá, ele destila veneno"

– Em Brasília, ele distribui elogios, enquanto em Cuiabá destila veneno – comentou a senadora por Mato Grosso, afirmando que "é deslealdade não reconhecer os recursos já liberados para a Ferronorte, para rodovias e para projetos do Incra".

Heloísa quer adiar transposição

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu que as autoridades públicas interrompam por pelo menos cinco anos as medidas de implementação do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. Ela sugeriu que, em vez disso, sejam tomadas iniciativas capazes de revitalizar o rio e ao mesmo tempo acudir a população ribeirinha, que, conforme enfatizou, passa por enormes dificuldades, inclusive a falta de água para beber.

Para Heloísa, o projeto de transposição, que está parado desde a crise energética de 2001, e agora começa a ter sua idéia relançada, não cumprirá, segundo a senadora, o dever de ser seu principal propósito, que é salvar o rio e beneficiar a população que dele se serve.

Patrícia divulga trabalho de CPI

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) realiza audiências com os representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância e de ONGs na Europa para falar sobre a experiência da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre a CPI Mista da Exploração Sexual.

A senadora já se reuniu com Alberto Soteres, coordenador da ONG Save The Children na Espanha, visitou o comitê espanhol do Unicef e esteve com defensores do menor de Madri.



Patrícia leva experiência à Europa

Quintanilha sugere medidas de inserção social dos idosos no país

Ao comemorar o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) reivindicou medidas de inserção social da população acima dos 60 anos. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e citados pelo parlamentar, revelam que 8,7% (cerca de 15 milhões) dos 180 milhões de brasileiros estão nessa faixa etária, que já deverá contar 40 milhões de pessoas daqui a 20 anos.

– O Brasil não é mais um país jovem – atestou o senador Leomar Quintanilha, informando que, em 2050, o brasileiro já nascerá com expectativa de vida de 81 anos.



Quintanilha: Brasil não é mais país jovem

Mozarildo e Jucá aplaudem decisão do STF sobre Raposa/Serra do Sol

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiram a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aceitar a demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol de maneira descontínua, mantendo fora de seus limites a faixa de fronteira com a Guiana e a Venezuela, bem como municípios, rodovias e plantações ao sul da região.

De acordo com Mozarildo, a decisão segue o que recomendou a comissão externa do Casa, presidida pelo senador, criada para investigar a questão dos conflitos em terras indígenas no país. Já Romero Jucá fez um apelo para que o governo demarque todas as reservas indígenas de Roraima e defina as áreas que podem ser objeto de projetos de desenvolvimento.

João Ribeiro celebra manutenção de cursos em faculdade no Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) registrou a vitória dos alunos, professores e direção das Faculdades Integradas do Ensino Superior, de Porto Nacional (TO), na suspensão da liminar que impedia a realização das atividades normais daquela instituição. Depois de elogiar o apoio incondicional da Assembléia Legislativa do Tocantins e da Procuradoria Geral do estado nesse esforço, ele afirmou que "não é interrompendo os oito cursos ministrados nessas faculdades, com 400 alunos, que se resolverão questões formais relacionadas ao reconhecimento dos cursos".



João Ribeiro: fechar cursos não é solução

Ministro pede sugestões para Política Nacional de Trânsito

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, enviou ofício ao Senado Federal pedindo sugestões aos parlamentares para o anteprojeto da política nacional de trânsito, em elaboração no ministério, com a colaboração das unidades estaduais e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). O ministro anexou ao ofício uma cópia do anteprojeto para que possa ser analisado pelos senadores, que

deverão apresentar sugestões de mudanças ao texto, nos próximos dias.

A idéia do ministro Olívio Dutra é encaminhar as diretrizes para submeter à aprovação do Conselho Nacional de Trânsito até o dia 15 de setembro. Depois, a política nacional de trânsito será divulgada no dia 23 de setembro, durante as comemorações da Semana Nacional de Trânsito.

Paim critica reforma trabalhista e defende geração de empregos

Contrário à reforma da legislação sindical e trabalhista pretendida pelo governo, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que foi com o atual ordenamento jurídico que os trabalhadores chegaram ao poder no Brasil, elegendo vereadores, prefeitos, deputados, governadores, senadores e, principalmente, o ex-sindicalista Lula para a Presidência.

De acordo com o senador, a jornada de trabalho no Brasil é uma das mais elevadas do

mundo e não encontra paralelo em países de situação econômica semelhante. Como exemplo, disse que enquanto o operário brasileiro trabalha em média 2.100 horas ao ano, na Holanda esse número cai para 1.400 horas.

Paim também registrou a preocupação da Federação Nacional das Associações dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas (Fenafap) com a forma como o governo pretende liquidar a Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

PLENÁRIO

Ideli e Lúcia Vânia lembram os 25 anos da Lei da Anistia

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em balanço dos resultados de 25 anos da Lei da Anistia Política no Brasil – sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo então presidente João Figueiredo –, informou que o governo federal reservou R\$ 200 milhões para pagamento de reparação econômica aos anistiados em 2004, R\$ 300 milhões em 2005 e R\$ 400 milhões em 2006. A essas cifras, continuou a senadora, somam-se os R\$ 53 milhões que o governo obteve em crédito suplementar, em 2003, para cumprir os pagamentos. Ainda segundo Ideli, os recursos necessários ao pagamento de indenizações retroativas serão discutidos.

Em quase três anos de funcionamento, a Comissão da Anistia, instrumento oficial pelo qual o governo federal concede reparação econômica a milhares de brasileiros prejudicados pelo regime de exceção iniciado em 1964, recebeu aproximadamente 60 mil processos, tendo acolhido 45 mil, de acordo com a senadora.

Ideli Salvatti afirmou ainda que a comissão é composta por 19 conselheiros, sem vínculo com o governo, e que prestam serviços gratuitamente. O processo de julgamento não é sigiloso e a pauta pode ser conhecida no site da comissão: www.mj.gov.br/anistia.

Também a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou os 25 anos da anistia política concedida aos opositores da ditadura militar. A senadora considera que a promulgação da Lei da Anistia pelo presidente João Baptista Figueiredo foi um dos mais importantes episódios da história política recente do Brasil, porque permitiu que milhares de exilados voltassem ao país, restituiu mandatos cassados e possibilitou que milhares de vítimas da repressão saíssem da clandestinidade.

Lúcia Vânia destacou que, apesar de incompleta – não puniu torturadores nem esclareceu o desaparecimento de mais de 400 pessoas –, a Lei da Anistia marcou o início da redemocratização do país.



Ideli destaca reparação a anistiados



Para Lúcia Vânia, lei marcou a abertura

Antero Barros quer paridade na quitação

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu tratamento isonômico para municípios e estados no pagamento das dívidas para com a União. Ele observou que muitos entes da Federação passam por dificuldades para pagar seus débitos e disse que a regra beneficiando São Paulo deve valer para todos.

Segundo Antero, alteração no contrato de refinanciamento da dívida de São Paulo transferiu a data de pagamento do dia 3 para o dia 30 de cada mês. A mudança foi possível, explicou, pela inclusão de artigo em MP aprovada pelo Congresso este ano. A intenção dos parlamentares, lembrou ele, era ajudar os estados que se encontravam em situação de calamidade pública.

Hélio Costa apóia oficinas mecânicas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) criticou a Receita Federal por estar notificando oficinas mecânicas em todo o Brasil a recolherem tributos atrasados, em decorrência de terem sido excluídas do Simples.

Para Costa, foi por acreditar numa política tributária que contempla com tratamento diferenciado as empresas de pequeno porte que muitas oficinas mecânicas que estavam na clandestinidade buscaram a regularização e saíram da informalidade.



Costa critica cobrança de tributo atrasado



Paulo Paim

DETRAN-PI - O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou contra o lançamento de obra de urbanização do Detran-PI, que também abrigará galeria cujo funcionamento será nos moldes de um *shopping*. No entendimento do parlamentar, a iniciativa é incompatível com a destinação da área física daquela autarquia.

MODELO ENERGÉTICO - O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou preocupação com a possibilidade de descumprimento do acordo firmado entre governo e Senado sobre o novo modelo para o setor elétrico. Tourinho citou rumores de que o governo pretende fixar regras para os leilões de energia elétrica diferentes das acertadas com os senadores.

BANCO CENTRAL - O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) protestou contra a edição da medida provisória (MP) 207/04, que conferiu ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o *status* de ministro de Estado, condição que lhe concede foro privilegiado, somente podendo ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Ele anunciou que o PSDB já ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF contra a MP. Teotônio explicou que Meirelles é acusado de contar duas versões sobre seu domicílio em 2001.

Quintanilha: verbas iguais na campanha

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu a adoção do financiamento público das campanhas e a aprovação de projeto que reúne as eleições federais, estaduais e municipais na mesma data. Segundo observou, é imperioso uniformizar a condição financeira dos candidatos a cargo eleitoral. - Não é aceitável que o candidato com recursos utilize esses meios para se projetar melhor do que aquele que quase não tem nada - concluiu ele.

VARIG - O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu aos membros do Congresso que defendam a recuperação econômico-financeira da Varig. De acordo com Paim, a empresa é responsável pelo movimento de 1/3 da aviação doméstica e responde por 87% dos vôos internacionais que saem do Brasil. Ele ressaltou que a empresa gera US\$ 1,2 bilhão ao ano de divisas. O senador prevê que haverá um colapso no país caso a Varig seja inviabilizada.

AVIAÇÃO CIVIL - O senador Paulo Octávio (PFL-DF) celebrou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, do projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (PLC 3.846/00). Ele também analisou os problemas da aviação comercial brasileira, como a redução da oferta de vôos e o aumento de custo das passagens.

ATUAÇÃO DO MP - A atuação policial em matéria penal não pode excluir a ação do Ministério Público (MP), opinou Alvaro Dias (PSDB-PR). - As iniciativas da polícia e do MP se complementam e isso é garantia da correção dos procedimentos - afirmou. Para ele, o trabalho do MP no sentido de produzir provas aumenta a autoridade da instituição no momento de fazer a acusação formal.

JUDICIÁRIO - Pesquisa sobre o Poder Judiciário encomendada pelo governo e financiada pelo Banco Mundial foi criticada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Na opinião do senador, a pesquisa (Diagnóstico do Poder Judiciário) passa uma imagem negativa desse Poder, e sua realização mostra que o Executivo está centralizando indevidamente as consultas com vistas à reforma do Judiciário.

Tuma elogia combate ao crime

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a disposição do governo de combater o crime organizado. Ele destacou também a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público e a clareza do presidente Lula ao dizer que pretende encontrar meios para recuperar o dinheiro que sai do Brasil ilegalmente. Sobre a CPI do Banestado, o senador lembrou que a comissão já mapeou elementos importantes para a apuração das remessas ilegais ao exterior.

Valmir comemora o Dia do Exército

A passagem do Dia do Exército e do Soldado, no último dia 25, foi registrada pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF). O parlamentar ressaltou a ligação do Exército com as camadas mais populares da sociedade, o que pode explicar "a extraordinária vinculação desta Força à alma do povo brasileiro". - É motivo de orgulho termos um Exército servindo ao Estado democrático de direito - destacou.

Lobão defende verbas para as Forças Armadas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu mais recursos para as Forças Armadas brasileiras, lembrando a importância dessas instituições não apenas na defesa militar do país, mas também no campo social e de desenvolvimento tecnológico. - O Brasil deve repelir o engano daqueles que querem reduzir as Forças Armadas à condição de penúria - afirmou Lobão.

Calixto louva escolha de embaixador dos EUA

A escolha do diplomata John Danilovich para embaixador dos Estados Unidos no Brasil foi elogiada pelo senador Mário Calixto (PMDB-RO). Segundo ele, trata-se de um nome que atende ao perfil exigido para o cargo. - Danilovich é um homem que possui compreensão acerca das responsabilidades de sua posição - frisou Calixto, destacando a vivência empresarial do embaixador.

Jefferson alerta para ameaça da Argentina

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) fez um apelo ao ministro das Relações Exteriores e ao presidente Lula para que recorram à Organização Mundial do Comércio contra a ameaça feita pela Argentina de impor barreiras às exportações brasileiras de eletrodomésticos. A decisão argentina, disse, provocará a redução de US\$ 40 milhões nas exportações do Brasil e a eliminação de cerca de mil empregos.

CÂMARA

Sem acordo, oposição dificulta as votações

A falta de acordo em matérias importantes e a obstrução dos partidos de oposição adiaram as votações na Câmara dos Deputados na última semana de esforço concentrado do mês de agosto. Projetos como o da nova Lei de Falências e o das agências reguladoras deverão ser votados no período de esforço marcado para os dias 13 a 17.

Assim, os deputados iniciam o esforço com a pauta travada por 11 medidas provisórias (MPs). Algumas devem ter uma rápida tramitação, como a 198/04, que trata do reajuste salarial de algumas categorias do serviço público. Outras, no entanto, podem demorar a ser votadas. Entre elas estão matérias polêmicas, como a MP 192/04, que trata da negociação de dívidas agrícolas, e a MP 207/04, que dá status de ministro para o presidente do Banco Central. Essa última tem sido a mais bombardeada por partidos opositores, como PFL e PSDB, que se declararam em obstrução tão logo ela chegou ao Plenário. A obstrução consiste no uso de manobras regimentais para dificultar ou atrasar o processo de votação ou discussão de uma matéria.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, avisou que colo-



Plenário da Câmara dos Deputados vai iniciar esforço concentrado com a pauta travada por 11 medidas provisórias

cará em votação, no próximo esforço concentrado, projetos importantes como os da nova Lei de Falências e das agências reguladoras, além das propostas de emenda constitucional que tratam do trabalho escravo e da Previdência (PEC Paralela).

O Plenário só aprovou uma matéria durante o último esforço concentrado de agosto: a MP 191/04. Essa medida inclui os cientistas e pesquisadores entre os beneficiários de isenções de impostos na importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à pesquisa. A isenção atinge ainda a importação de partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários destinados à pesquisa científica

e tecnológica.

Relatório sobre acidente na Base de Alcântara

Os deputados também devem votar o relatório final da comissão externa da Câmara que investigou o acidente na Base de Alcântara (MA), que matou 21 engenheiros e técnicos em agosto de 2003. O relatório concluiu que a redução gradativa dos investimentos públicos para a manutenção do Programa Espacial Brasileiro foi a principal causa do acidente.

Segundo o relatório, em 1988 foram despendidos R\$ 255 milhões para o desenvolvimento de projetos e sistemas espaciais. Em 2002, o investimento foi de R\$ 46 milhões.

SENADO

Aprovado incentivo ao primeiro emprego

A Secretaria Geral da Mesa do Senado divulgou o balanço de atividades da Casa no mês de agosto. Foram 478 matérias apreciadas entre os dias 1º e 31. A íntegra das proposições pode ser consultada no *Diário do Senado*, disponível na página na Internet, no endereço www.senado.gov.br.

Entre as proposições aprovadas estão sete medidas provisórias (MPs), sendo que duas foram enviadas à sanção presidencial e outras cinco para promulgação. As MPs vão à sanção quando têm seu conteúdo alterado pelos parlamentares e tornam-se projetos de lei de conversão (PLV). As

duas propostas alteradas (PLV 41/04 e PLV 42/04) tratam, respectivamente, do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens e do Programa de Resposta aos Desastres, para atendimento da população nas áreas atingidas por calamidade pública.

Também foram enviados 11 projetos para a Câmara e promulgadas 460 propostas de concessão de rádio e tevê.

Nesse mesmo período, o Senado realizou, em Plenário, cinco sessões ordinárias, 14 não-deliberativas, uma deliberativa extraordinária, duas reuniões e uma sessão especial.

Balanço das votações em agosto

Matérias aprovadas	478
I - Medidas provisórias	7
enviadas à sanção	2
enviadas à promulgação	5
II - Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	11
III - Projetos aprovados e enviados à promulgação	460
concessões de rádio e TV	460
Total de matérias apreciadas	478
Atos do presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogando prazo de medida provisória	4

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Presidência

GERALDO MAGELA



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda (todos na foto), e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, participaram na quinta-feira (2), no Palácio do Planalto, do lançamento de campanha publicitária pelo desarmamento. Trata-se de uma peça de propaganda que será veiculada pelas emissoras de televisão de todo o país.

Perdão da dívida de Moçambique conta com apoio de Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, apoiou na quarta-feira (1º) a decisão do presidente Lula de perdoar a dívida do governo de Moçambique com o Brasil, logo após receber o presidente daquele país, Joaquim Alberto Chissano, e sua comitiva, no Salão Nobre da Casa. Pelo acordo, parte dos recursos de que o Brasil abre mão será aplicada no combate à Aids e em outras ações de fundo social em Moçambique. Sarney elogiou a solução e ressaltou que a posição do governo é uma demonstração de que o Brasil tem consciência de seus deveres para com as nações africanas, pela contribuição que elas deram à formação do país.

– A África é um continente à margem do progresso mundial,

porque os países ricos não estão interessados no seu desenvolvimento, mas o Brasil tem que estar. Somos o maior país mestiço do mundo – disse.

Nova era para subdesenvolvidos

Chissano afirmou que o perdão da dívida “tem significado político muito importante para os países pobres e a correção dos desequilíbrios do processo de globalização; é um chamamento para que outros países acertem essas dívidas, permitindo aos países subdesenvolvidos iniciar uma nova era”. Ele disse que há múltiplas possibilidades de investimentos brasileiros em seu país, sobretudo na agricultura, agroindústria e mineração.

Curtas

Otimismo com crescimento

O presidente do Senado demonstrou otimismo com a divulgação de índices mostrando aumento do produto interno bruto (PIB) brasileiro e com a possibilidade de consolidação dessa tendência nos próximos anos, significando a retomada do crescimento econômico.

Ministro da Defesa debate Alcântara

Sarney recebeu o ministro da Defesa, José Viegas, que informou terem conversado a respeito das atividades da Base de Alcântara (MA) – está prevista a colocação em órbita de um veículo lançador de satélites em 2006. O ministro disse que poderá ser votada dia 14 a liberação de verbas para o reajuste de 10% aos militares.

Parlamentar não terá aumento

O presidente do Senado desmentiu a notícia de que seria estendido aos parlamentares o reajuste pleiteado pelos servidores das duas Casas do Congresso Nacional, e considerou a divulgação da tese fruto de “uma fantasia incompreensível”. José Sarney voltou a dizer que considera “assunto superado” a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

De Flávio Tavares a Getúlio

Ele tem talento de escritor, memória invejável e vocação para historiador. Assim José Sarney referiu-se ao jornalista Flávio Tavares, autor do livro *O Dia em que Getúlio Matou Alende*, lançado na Biblioteca do Senado, dia 24. O presidente do Senado disse que o jornalista está ligado à história do Parlamento, desde que chegou a Brasília, na década de 60, integrando o primeiro grupo de repórteres, quando Sarney era deputado federal.

– Flávio Tavares estava ali como um dos mais destacados e brilhantes repórteres da área política. Antes de ser escritor, ele é um jornalista e é, portanto, o testemunho do jornalista que fundamenta sua obra de escritor de tanto sucesso.

"Um dos mais importantes lançamentos editoriais de 2004"

Emocionado ao elogiar o amigo, o senador Edison Lobão (PFL-MA) definiu o livro como um dos mais importantes lançamentos editoriais de 2004 e referência necessária para a análise dos períodos ali retratados. – Jornalista não faz discurso, conta fatos. E hoje só posso contar os fatos da minha emoção de estar convosco neste dia dos 50 anos da morte de Getúlio Vargas, em função deste livro em que pretendi fazer uma alegoria tomando como eixo dois suicídios – disse Flávio Tavares. Os presidentes do Senado e da Câmara, os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Amir Lando (Previdência Social), vários senadores e deputados participaram do lançamento.

GERALDO MAGELA



Flávio Tavares: "Jornalista conta fatos"

CONFLITOS FUNDIÁRIOS Trabalhos da comissão ainda prevêem uma longa pauta de debates e viagens

CPI da Terra deve ser prorrogada até 2005

O presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, Alvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que os trabalhos deverão ser prorrogados até o ano que vem, diante da longa pauta de depoimentos e de viagens ainda previstos para o segundo semestre.

– A comissão deverá visitar alguns estados, como Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, e a agenda poderá ficar comprometida durante o período eleitoral – informou o senador.

Ao avaliar os trabalhos da comissão de inquérito, instalada em março deste ano, Alvaro Dias afirmou que os depoimentos e investigações feitos até agora apontam para “um quadro muito sombrio da situação fundiária no país”. O senador criticou as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o governo, agora, estaria mais preocupado com a qualidade dos assentamentos no campo e não com a quantidade de agricultores atendidos.

– Os projetos do Incra não têm nem qualidade e nem quantidade para atender à demanda – disse o senador, que atribuiu aos conflitos no meio rural o temor dos produtores rurais em investirem em suas propriedades.



J. FREITAS

Presidente da CPI, o senador Alvaro Dias acredita que ela pode ajudar a aliviar a tensão existente entre produtores e sem-terra

Alvaro vê "ausência de autoridade do governo"

O senador acredita que a comissão pode desempenhar um importante papel na busca de entendimento entre produtores rurais e os movimentos de agricultores sem-terra. Ele propõe que o governo invista no Incra de forma a garantir ao órgão “eficiência administrativa” para acelerar o programa de reforma agrária.

– Com o crescimento dos bolsões de pobreza no país, aumentam as pressões no campo, e essa situação torna-se mais grave porque o governo não

consegue celebrar um pacto entre proprietários rurais e trabalhadores sem-terra, fazendo com que aumente a desordem, o que atrapalha o processo produtivo e o crescimento econômico do país – afirmou o senador.

Alvaro Dias alertou para “a ausência de autoridade do governo”, reforçando que o Incra “se mostra incapaz de gerenciar os conflitos”.

– Os jornais mostram o aumento da violência no campo, ao mesmo tempo em que as ordens judiciais não são respeitadas pelos governos estaduais e municipais – advertiu o senador.

Alvaro: governo atrasa reforma agrária

Ao apontar os problemas que, na sua opinião, comprometem o programa de reforma agrária, o senador Alvaro Dias afirmou que o PT “estruturou os quadros administrativos do governo partidarmente, em detrimento da qualificação necessária ao desenvolvimento dos programas”.

– O governo nem sequer conseguiu assentar famílias em áreas desapropriadas a partir de 2003, pois todas elas receberam

lotes em terras colocadas à disposição da reforma agrária pelo governo anterior – assinalou o senador.

Alvaro Dias observou que existe, hoje, uma relação delicada entre governo e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “que funcionou como braço direito do PT até as eleições,

foi instrumentalizado politicamente enquanto estava na oposição e agora cobra resultados diante da inoperância do Incra”. Para o parlamentar, a consequência é o aumento da “revolta no meio rural”.

De acordo com Alvaro, os depoimentos ouvidos até agora foram importantes para mostrar a situação no campo. “O líder do MST, João Pedro Stédile, fez um relato pessimista, mas convincente, sobre a situação”, afirmou Alvaro.

O parlamentar explicou que a CPI “não quis prejudicar o MST” ao pedir a quebra do sigilo bancário da entidade, e justificou que a iniciativa se deu em função de denúncias que já existiam.

Para o senador Alvaro Dias, um programa de reforma agrária

eficiente deve passar pela reformulação do Incra, de forma a dar maior eficiência administrativa ao órgão.

– Não adianta o presidente Lula fazer discursos apontando metas, porque o governo está desacreditado e precisa, agora, apresentar ações visíveis para reverter o pessimismo – defendeu.

"Há muita terra sobrando no país"

O presidente da CPI disse, ainda, ser contrário à desapropriação de latifúndios improdutivos. Para ele, “é preciso identificar áreas disponíveis em que as famílias de agricultores possam ser assentadas sem violência e com o apoio financeiro e técnico do Incra”.

– Apenas garantir a terra não resolve a questão, se depois o colono fica abandonado, sem crédito e apoio técnico – concluiu o parlamentar.

Visitas a assentamentos mostram a realidade

No primeiro semestre, os trabalhos da CPI da Terra foram marcados por depoimentos de representantes dos diversos setores ligados à questão e também por uma agenda externa, com visitas a projetos de assentamento do Incra em Pernambuco e no Pará. O presidente da comissão, senador Alvaro Dias, afirmou que os parlamentares que estiveram nos assentamentos de Rio Formoso e Condado, em Pernambuco, puderam constatar “que poucas famílias conseguiram êxito nos projetos, por serem oriundas de áreas urbanas”.

– Em Formoso, foram assentadas 94 famílias, mas somente três conseguiram se viabilizar economicamente – relatou o senador. Para ele, esse quadro mostra que “não adianta dar terra a quem nela não sabe trabalhar”.

Quebras de sigilo suspensas por liminar

Em junho, a CPI aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de duas entidades ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST): a Associação Nacional de Cooperativas Agrárias e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Segundo Alvaro, o governo Fernando Henrique Cardoso chegou a suspender a liberação dos recursos públicos, diante das denúncias de que parte do dinheiro estaria sendo utilizada para financiar invasões de terras pelo MST, mas o atual governo voltou a liberar os repasses. A quebra de sigilo, mesmo aprovada pela CPI, acabou suspensa por uma liminar concedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim.



GERALDO MAGELA

Luiz Antonio Nabhan, presidente da UDR, defende a reestruturação do Incra



J. FREITAS

Stédile, do MST, prevê que governo não cumprirá as metas de reforma agrária

Comissão realizou 13 audiências públicas

Nas treze audiências públicas realizadas pela CPI, representantes dos ruralistas, dos sem-terra, do governo e de ONGs reforçaram a gravidade dos conflitos que estão ocorrendo no campo. Um dos primeiros convocados pela comissão foi o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, autor da frase de que o movimento iria “infernizar” o país com invasões em abril. Em seu depoimento, no dia 1º daquele mês, Stédile procurou atenuar a ameaça, mas criticou o governo, que, segundo ele, “não vai conseguir cumprir as metas da reforma agrária por sua falta de coragem”.

Foram também ouvidos pela CPI o ouvidor agrário nacional Gercino José da Silva Filho e o presidente da União Democrática

Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia. Gercino Silva pediu a reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e a criação de ouvidorias estaduais, como medidas necessárias para prevenir e controlar os conflitos pela posse da terra no país.

Já o presidente da UDR foi enfático ao acusar o MST de acirrar a violência no campo e pediu a prisão de João Pedro Stédile. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) chegou a propor um encontro entre líderes da UDR e do MST, mas a sugestão foi descartada por Nabhan Garcia.

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino, criticou o Judiciário brasileiro, que estaria agindo “de forma parcial em favor dos donos de terra”.

BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA

Acesso à terra

De janeiro de 2003 a junho de 2004, 82,5 mil famílias tiveram acesso à terra - 72 mil por meio do Incra e 10,5 mil pelo Programa de Crédito Fundiário.

Assentamentos

Em 2003, foram assentadas 37 mil famílias pelo Incra. Em 2004, no primeiro semestre, o Incra assentou 35 mil famílias. A previsão para 2004 é assentar 115 mil famílias em projetos de reforma agrária.

Crédito fundiário

Nos últimos 18 meses, 10.534 famílias foram assentadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), em áreas adquiridas que totalizam 293.459,84 hectares. A meta para 2004 é beneficiar 37,5 mil famílias por meio do crédito fundiário.



Recuperação dos assentamentos

A implementação do fomento da produção e sua comercialização fazem parte da política de recuperação de assentamentos. Levantamento feito pelo Incra aponta que, das mais de 500 mil famílias assentadas entre 1995 e 2002, 90% não tinham abastecimento de água, 80% não possuíam energia elétrica e acesso a estradas, 57% não tiveram crédito para habitação e 53% não receberam qualquer tipo de assistência técnica.

Dados dos conflitos

Invasões

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as invasões de terras no país, em 2003, aumentaram 175% em relação a 2002.

Os sem-terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contabiliza um total de quatro milhões de famílias ainda sem acesso a lotes rurais no país.

I Ciclo de Palestras

O Parlamento Brasileiro: passado, presente e futuro

Informação de qualidade sobre o Poder Legislativo

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão realizando um ciclo de palestras, por videoconferência, para todo o Brasil. Você, que é jornalista e atua na cobertura política ou é estudante de Jornalismo, Ciência Política ou História, tem a chance de adquirir mais conhecimento sobre o Poder Legislativo e sua importância para a consolidação da democracia brasileira. As palestras serão ministradas por consultores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além de outros convidados. Ao final, os participantes receberão certificado do Instituto Legislativo Brasileiro.

Data: de 13 a 17 de setembro de 2004
Local: em Brasília - Senado Federal (Interlegis)
Nos estados - assembleias legislativas

SECS - Núcleo de Criação e Marketing

Informações e inscrições:

Senado Federal: 0800 612211 e www.senado.gov.br
Câmara dos Deputados: 0800 619619 e www.camara.gov.br

SENADO
FEDERAL



CÂMARA DOS
DEPUTADOS



Meirelles deve ter *status* de ministro?

A Medida Provisória (MP) 207, publicada em 17 de agosto, confere ao presidente do Banco Central o *status* de ministro de Estado. Com isso, se a MP for aprovada, Henrique Meirelles e os futuros ocupantes do cargo passam a ter direito a foro especial, ou seja, só podem ser proces-

sados por improbidade administrativa no Supremo Tribunal Federal (STF). A medida provisória foi editada depois que as Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado aprovaram convite para que Henrique Meirelles compareça à Casa a fim de prestar escla-

recimentos sobre denúncias de evasão de divisas e sonegação fiscal, envolvendo o seu nome. Para debater a questão, o *Jornal do Senado* convidou a senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, e o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, que expõem suas posições nos artigos abaixo.

FOTOS: GERALDO MAGELA



IDELI SALVATTI

“É preciso advertir que o fato de o governo conceder ao presidente do BC a condição de ministro não significa imunidade em relação a investigações policiais e eventuais processos”



ARTHUR VIRGÍLIO

“O fato é que saiu tudo ao estilo petista. Um feito que faz fiasco em qualquer passarela, notadamente numa democracia. Meirelles sai de ministro e pronto. A lei que se dane”

SIM

Atuação oposicionista se baseia num denunciamento precipitado

Outro dia afirmou-se no Plenário do Senado Federal que “alguém cercado de tantas dúvidas quanto ao comportamento ético, no caso o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deveria ser demitido e não promovido a ministro de Estado”. Objetivando criticar alguém, ou neste caso criticar a alteração promovida no cargo de presidente do BC, utiliza-se um falso pressuposto, e incorre-se numa série de erros e, dessa maneira, chega-se a conclusões equivocadas. O art. 84 da Constituição, no inciso I, determina: “Compete privativamente ao presidente da República nomear e exonerar os ministros de Estado”. Já o art. 52, inciso III, *d*, define: “Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente (...) a escolha de presidente e diretores do Banco Central”. Estaria a MP 207 contrariando esses dois dispositivos constitucionais?

Cargo assume, cada vez mais, relevância estratégica

Pois bem, tratarei brevemente do tema a partir das dimensões político-econômica e jurídico-legal. É cada vez mais efetiva a participação da autoridade monetária do país no cenário nacional e internacional, visto que o cargo de presidente do BC assume, cada vez mais, relevância estratégica na vida econômica. Não poderia deixar de destacar que os argumentos contrários à MP 207 vêm de uma oposição que hoje baseia sua atuação num denunciamento precipitado, na esperança de que ele possa gerar uma crise. Esse posicionamento não é originalmente meu, é do economista Antonio Delfim Netto, em sua coluna

no jornal *Valor Econômico*.

Quanto à dimensão jurídico-legal, cumpre destacar que o BC caracteriza-se como uma autarquia especial e, nesse sentido, embora possua personalidade de direito público, não integra a administração pública direta, não havendo vínculo hierárquico entre a administração central e o BC, mas, tão-somente, o chamado controle ou supervisão ministerial. É, portanto, falsa a idéia de que a referida MP é matéria inconstitucional.

É falsa a idéia de que a referida medida provisória é inconstitucional

Por que defendo a MP 207, de 13/8/04? Porque é preciso advertir aos desavisados que o fato de o nosso governo conceder ao presidente do BC a condição de ministro de Estado não significa imunidade em relação a investigações policiais e eventuais processos judiciais. Significa, tão-somente, que se desloca a competência de tais medidas para o âmbito do Supremo Tribunal Federal. Se senadores, deputados e ministros possuem foro privilegiado, por que não o guardião da moeda?

NÃO

Blindagem para livrar presidente do Banco Central de investigações

Busca da modernização é o caminho natural dos governos bem-intencionados. Para tanto, usa-se a imaginação, elaboram-se projetos e planos, e executam-se ações. Isso supõe e até pressupõe muito trabalho dos governos. Trabalhar é preciso.

Ninguém pode dizer que o governo petista do presidente Lula não segue mais ou menos esse caminho. Segue. Porém, às avessas. Em vez de ler o que prescreve a lei, dirige o olhar, acutíssimo, para o passado. Como não tem planos de governo, procura consolidar projetos de poder.

Governo faz lembrar caldeirão de Madame Min

Ao retroceder, o governo petista faz lembrar o fervente caldeirão de Madame Min, a bruxa amiga da Maga Patalógica, duas personagens de gibi inventadas por Carl Barks e Walt Disney. Coisas que vão ficando para o passado. Só que, com o PT, o passado está de volta. No exato

momento em que o país mal começa a debater a questão da autonomia do Banco Central.

Tudo porque seu atual presidente, Henrique Meirelles, foi colocado sob suspeição. A reação petista foi a de salvá-lo a qualquer custo, criando-se, então, a operação blindagem, uma forma espúria de desviar o amigo das investigações. Tudo ao contrário do que sugere o jogo democrático. E aí é possível que se tenha inspirado na bruxa Min, imaginando uma super-

Governo vai caminhando e atropelando, sem perceber que o país tem leis

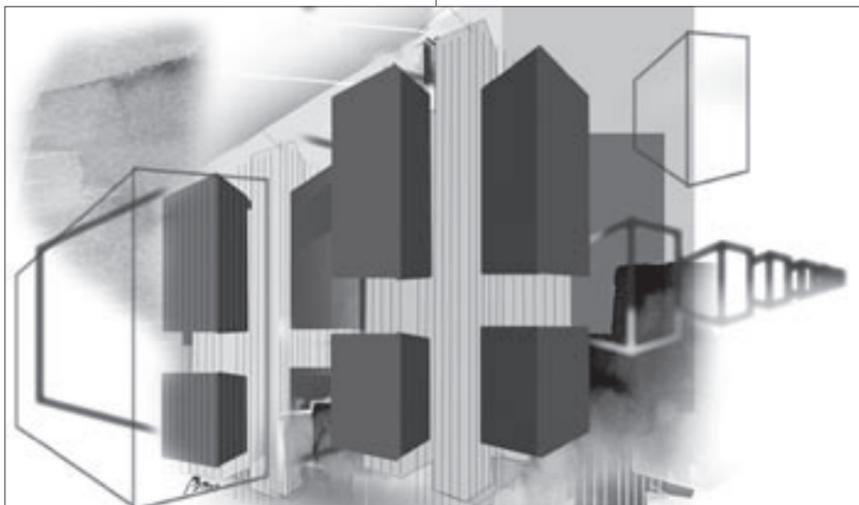
proteção para o presidente do BC, quem sabe uma armadura de ferro como as usadas entre os séculos 14 e 17.

Não foi preciso. Bastaria seguir a inclinação para o autoritarismo. E veio a idéia genial de transformar Meirelles em ministro. Ele, assim, ficaria a salvo.

Para os do comando autoritário, Meirelles já não precisaria ir para o trabalho com aquele conjunto de armas defensivas dos antigos guerreiros. Sem faltar a esquisita vestidura para proteção direta do corpo (com direito a elmo e couraça) de um passado longínquo.

O fato é que tudo saiu ao estilo petista. Um feito que faz fiasco em qualquer passarela, notadamente numa democracia. Armadura à parte, Meirelles sai de ministro, e pronto! A lei que se dane!

O governo petista deixa-se confundir com um quetiquê qualquer e entoa honsanas antecipadas pela brilhante idéia, que de Madame Min tem tudo isso e muito mais. E segue se atropalhando com o elmo. De visão curta e encurtada, vai caminhando e atropelando, sem perceber que esta é uma nação moderna, que tem leis e, principalmente, uma Constituição a zelar. O governo petista ignora-as. Não, portanto, duas vezes não.



Rádio Senado comemora a Semana da Pátria



Momento importante da história política do Brasil, a celebração da nossa independência em relação a Portugal é tema do especial *Sete de Setembro*, que a Rádio Senado apresenta amanhã, às 10h, com reprise às 18h30.

O programa analisa o contexto histórico, político e social da época, e remonta os fatos que levaram ao grito de independência em 1822, às margens do Ipiranga, em São Paulo.

A Semana

da Pátria também será lembrada na edição especial do *Música do Brasil*, que vai ao ar amanhã, às 19h, apresentando interpretações de hinos e músicas que falam de patriotismo, como *Pelo Brasil! Pela Vitória!*, de Moraes Neto; *Desperta Brasil*, de Linda Batista; e *Sabemos Lutar*, de Francisco Alves.

Na quinta-feira, às 23h, o *Escala Brasileira*, programa de entrevistas com músicos, conversa com a cantora Marina Machado, eleita a melhor cantora de Minas Gerais pelo Troféu Pró-Música, em 2002. Ela fala sobre o seu segundo disco solo, *Marina seis horas da tarde*. O programa é reapresentado no sábado, às 20h.

Artistas consagrados da música

popular brasileira, como Caetano Veloso, Gal Costa e Ivan Lins, são o destaque do *Música do Brasil* de sábado, que toca as canções *Apesar de Você*, com Chico Buarque; *Casa no Campo*, com Elis Regina; e *Aquele Abraço*, com Gilberto Gil.

Música do Brasil é apresentado às 16h de sábado, com reprise no domingo, às 11h.

E quem gosta de música clássica pode conferir no sábado, às 11h, o *Música Erudita e seus mestres*, que mostra obras interpretadas pela soprano Montserrat Caballé.

Para mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio ou ligue (61) 311-1182.

Lembrada em todo o país, a Independência enseja programação especial da Rádio Senado

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões

- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

INTERLEGIS

Assembléias assumem ensino a distância

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) está trabalhando para que as assembléias e escolas do Legislativo assumam a coordenação e tutoria dos cursos de educação a distância (EAD) do Interlegis. O objetivo é transferir conhecimento e oferecer condições para que as Casas possam aplicar esses cursos por conta própria.

Tuma explicou que técnicos da Equipe de Educação a Distância do Interlegis visitaram, durante o mês de março, oito assembléias legislativas participantes do programa de descentralização dos cursos de EAD. O grupo treinou e planejou o trabalho dos coordenadores e tutores locais. "Isso fará com que os alunos sejam atendidos sem a interferência direta do Interlegis, aumentando a oferta de capacitação", informou Tuma.

Cursos abrangem temas como papel do vereador

A estratégia de descentralização faz parte de uma das metas fundamentais do programa Interlegis, que é oferecer ferramentas e criar condições para a autonomia e independência do Poder Legislativo. Participam do programa oito assembléias legislativas e o Tribunal de Contas da União (TCU). Foram treinados 14 novos coordenadores. Eles serão habilitados para ministrar os cursos: "O papel do vereador", "Orçamento público" e "Lei de Responsabilidade Fiscal". Ao todo estão sendo beneficiados 940 alunos.



Romeu Tuma: alunos devem ser atendidos sem interferência direta do Interlegis

No entanto, a orientação geral dos cursos continua a cargo da equipe de EAD do Interlegis. Segundo o responsável pelo EAD/Interlegis, professor Alaciel Almeida, os coordenadores e tutores das assembléias são acompanhados por meio de videoconferência e listas de discussão na Internet.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, deputado José Carlos de Oliveira (PFL), está otimista com o projeto. Ele informou que a Mesa diretora vai apoiar iniciativas para a qualificação do funcionário do Legislativo.

O estímulo à educação é uma das metas do diretor-executivo do Interlegis, Victor Guimarães Vieira. De acordo com ele, em 2003 foram treinados 1.961 alunos nos cursos a distância. Já no primeiro semestre deste ano, matricularam-se 2.114.

BIENAL DO LIVRO

Senado vai publicar dicionário em braile

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, informou na sexta-feira (3) que a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) está trabalhando para publicar um dicionário em braile, a linguagem tátil destinada aos portadores de deficiência visual. O anúncio foi feito na VI Bienal Internacional do Livro do Ceará, durante solenidade de lançamento dos livros *Notas para a História do Ceará* e de *O Ocaso do Império* e da entrega de publicações em braile para a Sociedade de Assistência aos Cegos, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Associação de Cegos do Estado do Ceará e Centro de Apoio Pedagógico do Ceará.

A secretária estadual de Cultura, Cláudia Leitão, que representou o governador Lúcio Alcântara no evento, destacou a importância do livro *Notas para a História do Ceará* para a preservação da memória não só do estado, mas do país. Escrito pelo médico e vice-cônsul da Inglaterra no Ceará, Guilherme Studart, a obra transcreve textos sobre a criação de vilas e freguesias e as devassas instauradas contra oficiais e intendentos no século 18. Já o livro *O Ocaso do Império*, do historiador, sociólogo e bacharel em Direito Francisco José de Oliveira Viana, descreve a evolução da mentalidade da elite no momento em que o país troca a monarquia pela República. A



O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, discursa durante entrega de livros para entidades de assistência ao deficiente visual do Ceará

obra define o papel exercido na época pelos liberais.

Gráfica foi pioneira ao publicar em braile

Alguns dos títulos entregues às entidades de apoio a deficientes visuais foram a Constituição federal e a do Ceará, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a Lei de Doação de Órgãos, o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência e o livro *Conselho aos Governantes*, a primeira obra literária editada em braile pelo Senado Federal. Agaciel Maia lembrou que a Gráfica do Senado foi a primeira gráfica oficial a publicar livros na linguagem destinada aos portadores de de-

ficiência visual.

A solenidade, que ainda marcou o lançamento da publicação *Especial Cidadania*, uma coletânea de textos publicados pelo **Jornal do Senado** sobre os direitos do cidadão, também contou com a presença da diretora da Biblioteca do Senado, Simone Vieira; do presidente do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga; do vice-presidente do Conselho Editorial, Joaquim Campelo Marques; da diretora do **Jornal do Senado**, Maria da Conceição Lima Alves; do diretor da Seep, Júlio Werner Pedrosa; e de Raimundo Pontes Cunha Neto, diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas.

Conheça o Senado

Mais que um cartão-postal de Brasília

Um dos principais cartões-postais de Brasília, o Congresso Nacional é formado pelo conjunto de prédios do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, na Praça dos Três Poderes, entre o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Com 28 andares e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1959, o prédio tem em destaque as duas torres, que atestam o bicalcularismo, em forma de H, para demonstrar, ao mesmo tempo, união e independência.

Ao lado de cada uma das torres ficam as duas cúpulas. A

maior, da Câmara, está voltada para cima, como um grande receptáculo aberto a todas as ideologias e anseios do povo. A menor, do Senado, é voltada para baixo, significando reflexão e equilíbrio.

Manifestação do espírito, da imaginação e da poesia, segundo Niemeyer

"Manifestação do espírito, da imaginação e da poesia. Mais que concreto e ferragens, além do andaime e do suor dos operários." Assim Niemeyer definiu sua criação, que também abriga outras obras-primas: azulejos e painéis de Athos Bulcão, esculturas de Alfredo Ceschiatti, mural de Di Cavalcanti e jardins de inverno de Burlle Marx.

Na inauguração da nova capital, em 21 de abril de 1960, o então vice-presidente da República João Goulart, que, de acordo com a legislação vigente, ocupava a Presidência do Senado, abriu a sessão de instalação do Congresso em Brasília.

O escritor Paulo Mendes Campos assim descreveu o que viu: "(...) Quando acordamos na manhã seguinte, já éramos capital; e então tomamos cerveja com pão, não tendo encontrado café, e nos dirigimos apressados à Praça dos Três Poderes. (...) E era sobretudo grato ver que o policiamento não se fazia sentir, não se empurrava nem se barrava ninguém, e os candangos subiam e desciam as rampas das duas belas Casas de



Edifício do Congresso Nacional, ainda em fase de construção: destaque para as torres e as cúpulas do Senado e da Câmara

representantes do povo (Deus o permita!)."

As atribuições do Legislativo estão definidas no Capítulo 1, Título IV - da Organização dos Poderes -, da Constituição, que fixa a representação nas duas Casas do Congresso Nacional.

O Congresso é aberto à visitação. Informações pelos telefones (61) 311-2149 e 318-5106. O edifício também pode ser conhecido pela Internet, em www.senado.gov.br/web/tour/capa.htm

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio L. G. da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do

Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Propaganda política tem regra. Ajude a combater abusos

Com exceção do Distrito Federal, as cidades dos 26 estados brasileiros foram invadidas por cartazes, banners, outdoors, faixas, folhetos, carros de som e outros recursos publicitários para atingir o eleitor até as eleições, em 3 de outubro, para prefeitos e vereadores dos 5.563 municípios.

Os partidos políticos e os candidatos

têm direito de fazer propaganda, desde que obedeçam à legislação e não perturbem a ordem pública e social. O Código Eleitoral, as Leis 9.504/97 e 9.840/99 e a Resolução 21.610/04, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), especificam o que é permitido e o que é proibido. Dependendo da irregularidade, os candidatos estão sujeitos a multa, nos casos mais simples,

prisão e até suspensão da candidatura.

Nesta edição do **Especial Cidadania**, conheça o que diz a legislação sobre a campanha eleitoral e os telefones dos Tribunais Regionais Eleitorais, onde o eleitor pode encaminhar suas denúncias, consultar a lei na íntegra, verificar a situação do seu título de eleitor e obter mais informações sobre os candidatos.

Normas básicas da campanha eleitoral

É permitido

✓ Exibir material publicitário em bens particulares, desde que autorizado pelo proprietário.

✓ Fixar placas, standartes, faixas e semelhantes nos viadutos, passarelas, pontes e postes públicos que não sejam suportes de sinais de tráfego, desde que não lhes cause danos, dificulte ou impeça o seu uso ou o bom andamento do trânsito.

✓ Colocar bonecos e cartazes não fixos ao longo das vias públicas, desde que não dificulte o trânsito.

✓ Usar de outdoor nos locais previamente estipulados e sorteados entre os candidatos pelo TRE.

✓ Distribuir folhetos, volantes e outros impressos, tais como os chamados *santinhos*.

É proibido

✗ Fazer propaganda que instigue a desobediência coletiva, que atente contra pessoas ou bens, que perturbe o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, que calunie, difame ou injurie qualquer pessoa.

✗ Fazer pichação, inscrição a tinta, co-

lagem ou fixação de cartazes e veiculação de propaganda em: bens públicos (cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou a que ele pertençam), bens de uso comum, em tapumes de obras ou prédios públicos, em postes, viadutos, passarelas, pontes, árvores e em jardins localizados em áreas públicas.

Internet, imprensa, rádio e TV

✗ A propaganda só pode ser feita no horário destinado à propaganda eleitoral gratuita. Desde 1º de agosto, fica proibido transmitir programa apresentado ou comentado por candidato.

✓ É permitido anúncio na imprensa escrita para cada candidato, partido ou coligação, no espaço máximo, por edição, de 1/8 de página de jornal padrão e de 1/4 de página em revista ou tablóide.

✗ É proibido veicular propaganda que possa denegrir ou ridicularizar os candidatos.

✗ Não é admitido nenhum tipo de propaganda eleitoral nas páginas de provedores de serviços de acesso à Internet.

Comícios e carreatas

✓ Não é necessário licença dos órgãos públicos, mas o evento deverá ser comunicado à autoridade policial, com 24h de antecedência, a fim de que seja garantido ao candidato o direito de preferência contra quem pretenda usar o local no mesmo dia e horário, bem como para que sejam asseguradas condições necessárias ao funcionamento do tráfego.

Carros alto-falantes

✓ A utilização de alto-falantes ou amplificadores de voz em automóveis será permitida até a véspera da eleição, das 8h às 22h, desde que respeitada a distância de 200 metros das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e municípios; das sedes dos tribunais judiciais, quartéis e outros estabelecimentos militares; dos hospitais e casas de saúde, escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento. Os níveis de

som devem obedecer à legislação municipal, que regula a emissão de ruídos.

É vedado aos agentes públicos

✗ Ceder ou usar, em benefício de candidato ou partido, bem móveis ou imóveis pertencentes à administração pública.

✗ Ceder servidor público ou empregado da administração ou usar seus serviços, durante o horário de expediente, na campanha eleitoral.

✗ Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público.

No dia da votação

É crime punível com detenção de seis meses a um ano e multa:

✗ uso de alto-falantes e amplificadores de som;

✗ promoção de comício ou carreata;

✗ qualquer distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes ou outros impressos;

✗ prática de aliciamento (inclusive o corpo-a-corpo), coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

✗ oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública;

✗ transporte de eleitores por partidos políticos, coligações ou candidatos.

Onde denunciar

✓ Procure, no TRE, a comissão de fiscalização eleitoral. O Ministério Público também pode ser acionado. Segundo a resolução do TSE, artigo 2º, o juiz eleitoral da comarca é competente para tomar todas as providências relacionadas à propaganda eleitoral, assim como para julgar representações e reclamações sobre a matéria.

Informações

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Tel.: (61) 316-3000 - www.tse.gov.br

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS (TREs)

Acre
Tel.: (68) 212-4400 - www.tre-ac.gov.br

Alagoas
Tel.: (82) 336-3230 - www.tre-al.gov.br

Amazonas
Tel.: (92) 611-3638 - www.tre-am.gov.br
denuncia@tre-am.gov.br

Amapá
Tel.: (96) 214-1722 e 214-1723
www.tre-ap.gov.br

Bahia
Tel.: (71) 373-7000 - www.tre-ba.gov.br

Ceará
Tel.: (85) 455-2300 - www.tre-ce.gov.br

Distrito Federal
Tel.: (61) 441-1000 - www.tre-df.gov.br

Espírito Santo
Tel.: (27) 3335-9500 - www.tre-es.gov.br

Goias
Tel.: (62) 213-1511 - www.tre-go.gov.br

Maranhão
Tel.: (98) 214-8888 - www.tre-ma.gov.br

Mato Grosso
Tel.: (65) 648-8000 e 648-8199
www.tre-mt.gov.br

Mato Grosso do Sul
Tel.: (67) 326-4141 e 326-4166
Disque-denúncia: 0800 647-1490
www.tre-ms.gov.br

Minas Gerais
Tel.: (31) 3298-1100 - www.tre-mg.gov.br
Disque-eleitor: (31) 3271-4500

Pará
Tel.: (91) 213-4600 - www.tre-pa.gov.br

Paraíba
Tel.: (83) 214-1200 - www.tre-pb.gov.br

Paraná
Tel.: (41) 330-8500 - www.tre-pr.gov.br

Pernambuco
Tel.: (81) 3423-3377 - www.tre-pe.gov.br

Piauí
Tel.: (86) 221-2121 - www.tre-pi.gov.br

Rio de Janeiro
Tel.: (21) 3861-3141 - www.tre-rj.gov.br

Rio Grande do Norte
Tel.: (84) 215-1800 - www.tre-rn.gov.br

Rio Grande do Sul
Tel.: (51) 3216-9444 - www.tre-rs.gov.br
Central do eleitor: (51) 3230-9600

Rondônia
Tel.: (69) 211-2000 - www.tre-ro.gov.br

Roraima
Tel.: (95) 623-2949 - www.tre-rr.gov.br

Santa Catarina
Tel.: (48) 251-3700 - www.tre-sc.gov.br

São Paulo
Tel.: (11) 3242-1588 - www.tre-sp.gov.br
Central do eleitor: (11) 3277-1033

Sergipe
Tel.: (79) 216-8600 - www.tre-se.gov.br

Tocantins
Tel.: (63) 218-6401 - www.tre-to.gov.br
Linha do eleitor: 0800 707-6510

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

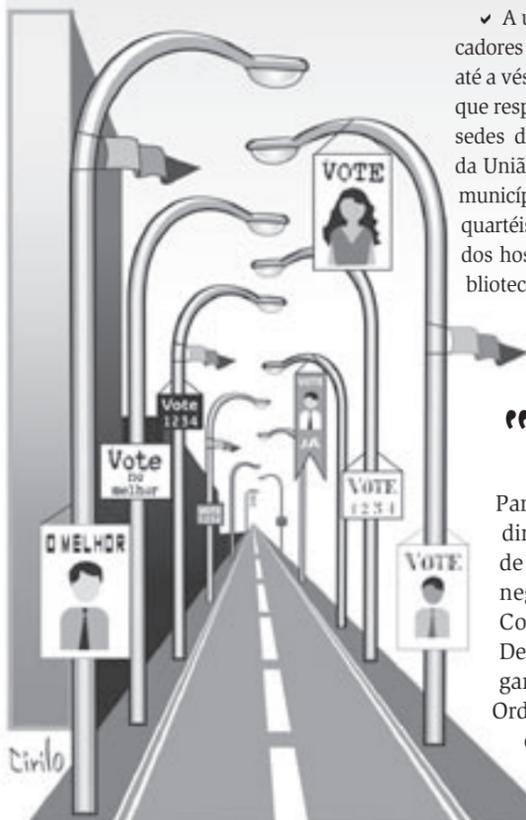
Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - www.lei9840.org.br

Comissão Brasileira Justiça e Paz
Tel.: (61) 323-8713 e 313-8300
www.cbjp.org.br

Movimento Voto Consciente
Tel.: (11) 3849-4804
www.votoconsciente.org.br

Transparência Brasil
Tel.: (11) 3062-3436
www.transparencia.org.br

Campanha Voto Limpo 2004
www.votolimpo.org.br



“Voto não tem preço, tem consequência”

Para conscientizar o eleitor sobre o seu direito-dever de denunciar a compra de votos e alertar os eleitores a não negociá-los em troca de favores, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, em parceria com outras organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançou a Campanha pelo Voto Cidadão.

Com *slogans* como “Candidato que compra voto não merece ser votado” e “Voto não tem preço, tem consequência”, a campanha visa explicar e orientar os eleitores sobre o que diz a Lei 9.840/99, que garante mecanismos de punição a práticas de abuso de poder econômico e compra de votos em campanhas eleitorais. A lei diz que “constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao

eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa e cassação do registro ou do diploma”.

O manual está disponível no endereço www.camara.gov.br/internet/Consetica. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (61) 215-8600 ou nos sites www.lei9840.org.br e www.cnbb.org.br.